

A FABRICAÇÃO DA NATUREZA – TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM E DISPUTAS POLÍTICAS

RAMIRO VALDEZ

RESUMO *Este artigo aborda as transformações da paisagem numa perspectiva que abarca a ação de humanos e não humanos, para além da dicotomia natureza/cultura, com foco na área do atual Parque Estadual do Rio Vermelho (Florianópolis/SC). O autor reflete sobre as percepções e práticas subjacentes ao antigo projeto de silvicultura no local, baseado em uma racionalidade moderna, que teve como objetivo a homogeneização da paisagem, apagando marcas e vestígios da ocupação de uma comunidade quilombola. Também explora os desdobramentos desse projeto, cuja crise levou a inesperados processos de produção de diferença, proporcionando proliferações de novos elementos heterogêneos na paisagem.*

PALAVRAS - CHAVE *Áreas de Preservação; Etnografia da Paisagem; Modernidade; Comunidades Remanescentes de Quilombo.*

THE MANUFACTURING OF NATURE – LANDSCAPES TRANSFORMATIONS AND POLITICAL DISPUTES

ABSTRACT *This paper approaches landscape transformations from a perspective which includes the actions of humans and non humans, going beyond the nature/culture opposition. Its focus lies over the area in which the State Park of Rio Vermelho (Florianópolis/SC) is currently located. The author ponders on the perceptions and practices underlying the former forestry project on the area, which was based on modern rationality, aiming for landscape homogenization, erasing traces of a quilombola community. It also examines the unfolding of this project, whose crisis led to unexpected processes of difference production, affording the proliferation of new heterogeneous elements in the landscape.*

KEYWORDS *Preservation Areas; Landscape Ethnography; Modernity; Remnant Quilombo Communities*

INTRODUÇÃO

Neste artigo¹, pretendo refletir sobre alguns aspectos da pesquisa que realizei para elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia Social. A monografia, intitulada “Paisagens políticas: uma abordagem antropológica das transformações da paisagem na área do atual Parque Estadual do Rio Vermelho, Florianópolis, SC”² (VALDEZ, 2017), propõe um exercício de antropologia da paisagem, abordando a gestão do atual Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE) desde sua criação, como Estação Florestal em 1962, a partir de uma perspectiva socioecológica.

Procuro entender, por meio da análise de documentos oficiais, narrativas orais e um experimento de etnografia da paisagem³, como se dá a articulação entre as relações sociais e as transformações da paisagem, num contexto de conflito territorial que envolve relações de poder assimétricas entre a administração de uma área de preservação e uma comunidade quilombola em contexto urbano, o Quilombo Vidal Martins⁴.

O pano de fundo deste trabalho é uma reflexão sobre a dicotomia natureza/cultura. No começo do artigo, onde procuro definir de forma mais geral a ideia de paisagem da qual parto, utilizo o conceito de paisagem tal como proposto por Tim Ingold (2015) para abordar a ligação entre as relações humanas, ditas sociais, e as relações ecológicas mais amplas, que envolvem a ação de não humanos, em uma perspectiva não dicotômica. Nas considerações finais, onde reflito sobre os desdobramentos das disputas entre os projetos de paisagem implicados na área, utilizo noções como as de “fricção” e “fazer-mundo” de Anna Tsing (2015, p. 35). Como as discussões de ambos os autores confluem em muitos aspectos, entendo que não seja necessário repetir a presença deles nas distintas partes do artigo. Assim, Ingold fica reservado para uma discussão mais geral, em que reflito sobre os pressupostos ontológicos da modernidade a respeito das noções

1 Agradeço à antropóloga Clémentine Maréchal pela leitura atenta e pelos valiosos apontamentos na escrita deste artigo. Agradeço também à Comunidade Quilombola Vidal Martins pelo acolhimento e por tudo o que me ensinaram ao longo de nossos encontros. E por fim, ao Prof. Dr. Rafael Victorino Devos, meu orientador no TCC, pela paciente orientação ao longo de todo o percurso da pesquisa.

2 Ao abordar a “paisagem” do parque, a monografia não pretende identificar o que é a paisagem em si mesma, muito menos captá-la em sua totalidade. Como conceito analítico, paisagem deve ser entendida “como uma porção arbitrária de espaço” (SILVEIRA, 2008, p. 39) e um “recorte arbitrário do pesquisador, segundo o tipo de análise desejado” (SILVEIRA, 2008, p. 34). Essa escolha em localizar a pesquisa quase totalmente nos limites do parque se deu pelo interesse que os relatos dos membros da Vidal Martins me despertaram a respeito do parque.

3 Por etnografia da paisagem, entendo a atenção “sobre situações concretas em que a separação natureza/cultura pode ser posta em xeque” (SILVEIRA, 2008, p. 29).

4 A comunidade Vidal Martins é a primeira comunidade

remanescente de quilombo a ser reconhecida na cidade de Florianópolis, tendo sido certificada pela Fundação Palmares em 2013. Devido às características da região do Rio Vermelho, onde vivem, composta por uma grande área verde, faixa litorânea, sistema lacustre, sem uma malha urbana muito densa, com muitos pastos e, de modo geral, um modo de vida entre o urbano e o rural, com atividade de pesca, extrativismo, casinhas com pomares e hortas, pode-se problematizar até que ponto, de fato, ali é um “contexto urbano”. Para uma literatura antropológica sobre comunidades quilombolas, ver ARRUTI (1997); BUTI (2015); LEITE (1991).

5 Por pensamento moderno, entendo o pensamento filosófico de matriz europeia, posterior ao iluminismo e à revolução científica pós-Idade Média. Refiro-me, mais especificamente, ao cartesianismo, que de alguma forma funda o “Homem” enquanto sujeito que pensa, soberano, sobre o mundo objetivo. Quando o filósofo René Descartes chega à conclusão “Cogito, ergo sum” (“Penso, logo existo”), em seu *Discurso sobre o Método*, ele está estabelecendo um dos pilares do pensamento moderno: a verdade absoluta da “Razão” como elemento

de natureza e cultura, sujeito e objeto, por exemplo, e Tsing é trazida ao final, quando teço reflexões e questionamentos em cima dos dados etnográficos discutidos no desenvolvimento do texto.

Por meio da noção de paisagem, Ingold procura superar a oposição entre *natureza* e *cultura* que está na base do pensamento moderno⁵, buscando perceber a interpenetração entre relações ditas sociais e ecológicas. Assim, *paisagem* não é uma constante física, algo a ser visto e apreciado de longe, mas sim algo em transformação, imerso no fluxo do tempo e em íntima relação com as histórias humanas e não humanas que a compõem. As formas que essa transformação pode assumir são dadas também, por assim dizer, “em relação aos seus habitantes, às suas vidas, movimentos e propósitos (...)”. A paisagem, assim, “extraí seu sentido dessas relações” (INGOLD, 2015, p. 198). É essa constituição mútua entre as pessoas e a paisagem que habitam, e da qual são parte ativa, que o conceito busca abarcar.

Tim Ingold argumenta que as ações e percepções em relação ao ambiente calcadas na modernidade operam de acordo com uma “concepção modular do ser” (INGOLD, 2015, p. 215), característica da vida moderna, que implica uma noção de *espaço* abstrata e distanciada da vida. Essa ideia, de um espaço composto por módulos espaciais estanques, atua segundo uma “lógica da inversão”. Ao inverter um mundo de lugares e caminhos em pontos sobre o espaço, essa lógica produz “Um mundo que seja ocupado, mas não habitado, (...) um mundo de espaço” (INGOLD, 2015, p. 215). Assim, apoiando-me sobre algumas discussões críticas a respeito do preservacionismo moderno como paradigma vigente em grande parte das unidades de conservação brasileiras (DIEGUES, 1996; BRITO, 2000; SILVEIRA, 2001), pressuponho que, nos modelos até então hegemônicos de preservação ambiental, uma área de preservação é concebida de acordo com tal lógica modular, que opera uma cisão bastante clara entre o *espaço de natureza* e o *espaço de cultura*. E assim a Modernidade cria o *espaço natural*, reduto verde homogeneizado, idealmente vazio de gente, a ser preservado da ação humana, “cultural”.

E isso diz respeito também a outra dicotomia, a saber, a oposição sujeito/objeto. A modernidade, ao alçar o ser humano à posição de sujeito por excelência, o sujeito puro, faz com que tudo aquilo que não é humano seja relegado ao lugar de objeto puro. Assim, tudo o que está fora do “Homem moderno” é o mundo objetivo – objetificado – sobre o qual ele, Homem, governa com sua razão soberana⁶. Ao convertê-lo em objeto, esvazia-se o não humano de capacidade de ação. Com essa oposição ontológica de base entre natureza e cultura, enquanto domínios estanques, que funda tantas outras oposições, a lógica hegemônica dos Estados modernos em relação aos ditos espaços “naturais” é de que eles devem ser submetidos à razão humana, segundo interesses estatais na possibilidade de exploração de “recursos naturais”, na preservação e no controle territorial. Além disso, existe o pressuposto de que o Estado Democrático de Direito teria a atribuição de tutelar os territórios e as populações, e, no caso das políticas ambientais, resguardar os interesses do “bem comum”, numa lógica que acaba por excluir as populações e comunidades dos processos decisórios relacionados à defesa do ambiente.

Essa crítica não é um ataque cego à criação de políticas ambientais. Ao longo do tempo, algumas coisas mudaram, tanto em âmbito local quanto globalmente, em relação à preservação ambiental. Os modos de entender o que é preservação transformam-se lentamente, o que contribui para a percepção da importância das comunidades originárias e tradicionais, com suas práticas e saberes, na perpetuação de boas relações ecológicas para a proteção do ambiente. Em grande parte, isso se deu por pressão das comunidades afetadas pelo preservacionismo, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc., que lutam por seus direitos territoriais. Ou seja, o preservacionismo contemporâneo não exclui lógicas e modelos alternativos, que são dissidentes em relação ao preservacionismo moderno, tais como as Reservas Extrativistas (RESEX), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e outros exemplos previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), para me ater apenas às UCs.

constitutivo do “Homem”, e sua superioridade sobre o mundo dos fenômenos, que pode levar ao erro e ao engano. Nessa lógica, a Razão é a única coisa que nos dá certeza de existirmos, e o mundo dos sentidos pode ser uma ilusão. Isso funda a oposição entre sujeito e objeto, observador e coisa a ser observada, que está na base da ciência moderna, antropocêntrica e logocêntrica. Para uma discussão mais aprofundada deste tópico, ver Latour (1994).

6 Ver nota nº 7.

7 É preciso levar em consideração que minha pesquisa de TCC é anterior ao governo Bolsonaro e à gestão de Ricardo Salles à frente do Ministério do Meio Ambiente. Salles entra já com o intuito de destruir e desregulamentar o pouco que se tinha de políticas de preservação ambiental (que são sem dúvida criticáveis, como se vê ao longo do meu trabalho e de tantos outros, mas ainda são infinitamente melhores do que a agenda ecocida e ultraliberal imposta por este governo de extrema direita).

No entanto, mesmo com a disputa dessas propostas dissidentes, a forma moderna de conceber uma área de preservação, como *espaço de natureza*, ainda é hegemônica, e fundamenta grande parte dos modelos preservacionistas contemporâneos e da maneira como se tem operacionalizado as políticas ambientais⁷. Segundo essa lógica e essa prática, é preciso haver “módulos de natureza” para compensar a degradação advinda dos “módulos urbanos” e nos “módulos de exploração de recursos naturais”, como os empreendimentos de mineração, hidrelétricas etc. — e tais módulos não podem se misturar. O problema dessa abordagem – sobretudo em países como o Brasil, onde populações originárias e tradicionais habitam tanto os lugares onde se planejam e executam empresas de exploração quanto aqueles a serem supostamente resguardados da ação humana – é que, de um modo geral, a decretação de uma “natureza sem gente” implica indiretamente a decretação de “gente sem natureza”, isto é, sem acesso aos territórios e modos de vida que são constitutivos de sua existência.

Após contextualizar brevemente alguns dos aspectos históricos, sociais e geográficos do campo, discutirei as transformações na paisagem da região do PAERVE à luz de antropologias da paisagem, buscando compreender como ali os aspectos sociais e ambientais se transformam e se influenciam mutuamente. Para isso, primeiramente, é importante apresentar a área que é foco da pesquisa, onde hoje se encontra o Parque Estadual do Rio Vermelho, no norte da ilha de Florianópolis, capital de Santa Catarina, e onde o Quilombo Vidal Martins reivindica parte de seu território.

O PAERVE – DE ESTAÇÃO FLORESTAL A PARQUE ESTADUAL

A paisagem em que está localizado o PAERVE, criado pelo Decreto nº 308, de 24 de maio de 2007, é uma área de preservação

de usos mistos que pertence ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação desde 2007, quando passou a ser administrada pela Fundação do Meio Ambiente do estado de Santa Catarina (FATMA)⁸. O PAERVE tem uma extensão de 1.532 hectares e está localizado na costa leste da ilha de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Seus limites são, ao norte, o distrito São João do Rio Vermelho, ao oeste a Lagoa da Conceição, ao leste a Praia do Moçambique e ao sul o distrito da Barra da Lagoa⁹.

8 Em 2017, a FATMA foi substituída pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) que, para todos os fins legais, administra as Unidades de Conservação (UCs) que estavam sob gestão da FATMA.

9 Ver <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/biodiversidade/unidades-de-conservacao/parque-estadual-do-rio-vermelho>. Acesso em 24/08/2021.

10 Esta representação cartográfica é usada somente para dar ao leitor uma dimensão da área em que se encontra o PAERVE. Não reflete nem evidência todas as complexidades da paisagem na região.

11 De acordo com Bravo (2015), em 19 de agosto de 1974, foi sancionado o decreto que transformou a Estação Florestal do Rio Vermelho em Parque Florestal do Rio Vermelho. A autora afirma que tal decreto adicionou aos objetivos já estabelecidos da estação, a “restauração da flora e fauna locais para fins de estudo, proteção e conservação” (FERREIRA, 2010, *apud* BRAVO, 2015, p. 65). Também ocorreu a mudança de administração do parque, que passou da Associação Rural Regional para a Secretaria de Agricultura (BRAVO, 2015, p. 65).

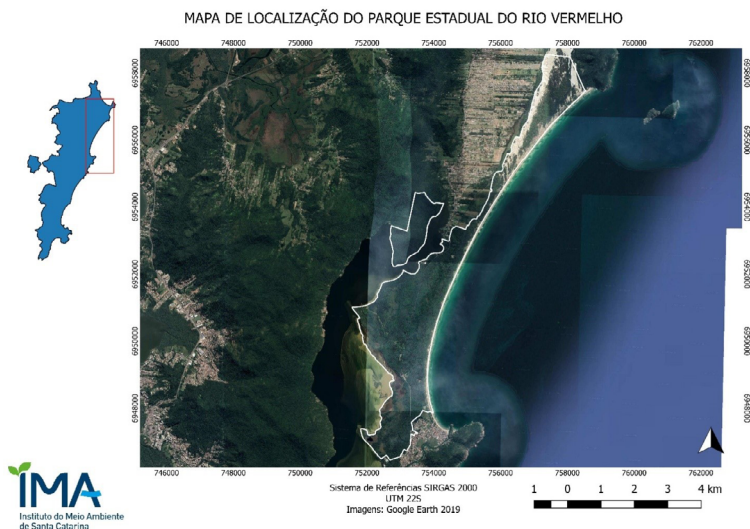


Figura 1 – Mapa de localização e limites do PAERVE (SC).¹⁰
Fonte: Sutili/IMA (2020).

O atual parque estadual cobre praticamente a mesma área em que foi implementada a Estação Florestal do Rio Vermelho, em 1962, para a prática de silvicultura com espécies exóticas, principalmente espécies de pinus (*Pinus elleatta* e *Pinus taeda*)¹¹. A finalidade, à época, era conjugar preservação ambiental e recuperação florestal com base em interesses econômicos de desenvolvimento por meio da indústria madeireira, além de um interesse de pesquisa na área de silvicultura científica.

Desde 2010, eu conhecia superficialmente aquela estranha paisagem – um bosque de coníferas no coração da Mata Atlânti-

12 Desde meu trabalho de campo, houve muitos desdobramentos na luta da Vidal Martins pela titulação de seu território, assim como na sua relação com o PAERVE. Infelizmente, desde que mudei de cidade, em 2017, não pude acompanhar de forma atenta o processo de luta da comunidade e, por essa razão, não detalharei o que ocorreu desde então.

13 Uma das falas que me marcou nesse sentido foi a seguinte: “Tá tudo floresta de pinus, tudo tudo tudo. Tu entra, tu não vê mais uma trilha, acho que tu não vê uma marca de onde é que era. Eu ainda sei mais ou menos onde elas passavam, onde que elas dão. Pra mais de 30, 40 anos, eu acho, [que] isso aí já deve tá fechado. Essas coisa de pinus, isso aí acaba com tudo (...)” (VAL-DEZ, 2017, p. 31).

14 As picadas são caminhos abertos, no mato ou na areia, com ou sem auxílio de ferramentas. Elas existem em razão de seu uso e, quando param de ser utilizadas, “fecham”, isto é, desaparecem em relativamente pouco tempo devido à ação de atores não humanos, como as plantas que crescem, os ventos, as chuvas etc.

ca. Antes de habitar a ilha de Florianópolis, quando eu cruzava a Rodovia João Gualberto (SC-406) em direção ao norte da Ilha, ou ia para visitar amigos e surfar, contemplava aquele cenário, que parecia ter saído de um filme estrangeiro, com uma curiosidade de turista; porém, não fazia ideia da história daquela paisagem. Minha inquietação – antropológica, política, epistemológica – em relação ao parque, sua paisagem e sua história só ocorreu a partir do primeiro contato com a comunidade remanescente de quilombo Vidal Martins, em 2014, como pesquisador-assistente, em um “pré-trabalho de campo”, para a futura elaboração de um laudo antropológico a ser realizado por um acordo de cooperação técnica interinstitucional entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-SC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹².

A FABRICAÇÃO DE UMA FLORESTA ORIGINAL

Já em nossos primeiros encontros, os membros da comunidade Vidal Martins contavam sua história, revelando sua íntima relação com a região sul do distrito São João do Rio Vermelho, em Florianópolis, onde vivem até hoje alguns núcleos familiares. Relatavam também a expropriação territorial que sofreram por ação do governo estadual na época da criação da Estação Florestal do Rio Vermelho, em 1962. Segundo me relataram os membros mais velhos da Vidal Martins durante nossos encontros, a região do Rio Vermelho onde hoje está o PAERVE era radicalmente diferente até meados da década de 60 do século passado¹³. A atual Rodovia João Gualberto Soares (SC-406), estrada principal que atravessa o distrito de São João do Rio Vermelho de norte a sul, era um estreito caminho de boi, entremeado por diversas “picadas”¹⁴, caminhos e trilhas. Constituíam uma “teia emaranhada” de lugares no mato, por onde quem sabia transitar de fato era quem habitava a região e se orientava por sua experiência sensorial e aprendizado situado no ambiente.

A comunidade é composta, atualmente, por dois núcleos principais de habitação, com cerca de 26 famílias residindo em duas propriedades coletivas, nos distritos de São João do Rio Vermelho e no outro lado da Lagoa da Conceição, na Costa da Lagoa, em Florianópolis. Ambas as localidades são bastante próximas ao território que perderam. De acordo com os relatos dos membros mais velhos da comunidade, com a criação da Estação Florestal do Rio Vermelho, eles foram sofrendo um processo de contínua perda territorial, resultando na completa expropriação da área onde viviam. O esbulho – o roubo de terras com o uso da máquina burocrática¹⁵ – ainda é comum e envolve frequentemente, nesse caso como em muitos outros, questões de raça e classe.

Com a expropriação, cada família teve de encontrar formas de lidar com essa nova realidade que o Estado lhes impunha. Impedidos de realizar suas atividades de caça, coleta, pesca, cultivo de animais e roças, os membros da Vidal Martins foram pressionados a ingressar abruptamente, como trabalhadores assalariados, em um mercado de trabalho desigual e marcado fortemente pelo racismo. Mesmo assim, os antepassados da Vidal Martins encontraram estratégias diversas para lidar com a situação, e se houve alguma dispersão inevitável de membros do grupo àquela época, houve também esforço para permanecerem ligados à sua terra, às suas práticas, e manterem também a proximidade das relações sociais com seus parentes próximos. Embora tenham sido expropriados, ainda assim mantiveram os laços, tanto entre si quanto com o território onde seus ancestrais viveram.

Um dos membros mais velhos da comunidade¹⁶ relata que era pago, quando adolescente, pela Estação, sob direção de Henrique Berenhauser, para efetuar desmatamento, aterro e terra-planagem de consideráveis áreas do território com o objetivo de prepará-lo para o plantio de uma variedade de espécies de pinus, dentre outras espécies exóticas, em uma área extensa. Trabalhava juntamente com seu pai, Isidro Boaventura Vidal, parentes, vá-

15 O idealizador e fundador da Estação Florestal, Henrique Berenhauser (que foi seu diretor até 1974, quando esta foi transformada em parque florestal) valeu-se de documentação fundiária para “comprovar” que ninguém habitava a região, fazendo parecer que eram terras devolutas da União, quando na verdade era vastamente habitada, tanto pelos membros da Vidal Martins, que ali viviam e trabalhavam, como por outros habitantes das redondezas, que utilizavam áreas de pasto de forma comunal, e por ali transitavam.

16 Opto por não revelar nomes para manter o anonimato de meus interlocutores.

17 Essa parte do meu campo se deu no acervo sobre Henrique Berenhauer, no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da UFSC.

18 O mesmo senhor que relatou o absurdo de ter de trabalhar para seu expropriador, relata também como e por que o curso de um rio da região foi transposto: “a cerca que ele fazia nós arrancava, aí ele disse ‘o único jeito é botar o rio aqui que daí serve como cerco’”. Isso acaba sendo um exemplo bastante ilustrativo de como o exercício de poder por parte do Estado e suas práticas de transformação da paisagem estão conectados e são, em muitos casos, inextricáveis.

19 Para entender melhor o surgimento das ciências florestais e sua implementação, ver Lowood (1991) e Ioris (2014). Estes autores discutem o surgimento e os princípios das ciências florestais, disciplinas modernas cujos objetivos em linhas gerais são a criação e gestão de florestas disciplinadas de acordo com uma racionalidade científica, com a ideia de aliar políticas de “preservação da natureza” e desenvolvimento econômico por meio do exercício de controle sobre as áreas protegidas. Lowood identificou três princípios

rios outros habitantes pobres da região e também com presidiários da colônia penal da penitenciária estadual que foi instalada na estação.

Após o assombro causado pelos relatos históricos orais, busquei documentos oficiais emitidos pela Estação Florestal desde sua criação¹⁷, para tentar cotejar o que eu já imaginava que seriam versões conflitantes sobre o que se passou naquela região. Chamo atenção especial para o caderno intitulado “Diários dos serviços geral” (sic), que contém descrições sobre algumas das principais atividades na área da estação ao longo do ano de 1964. Identifiquei nos diários o relato das seguintes atividades: plantio de mudas (“36.600 mudas de pinus”; no documento são relatadas principalmente as espécies *Pinus elliotti* e *Radiata maritimo*); drenagem do solo via abertura de valas; deslocamento de terra para preparação dos canteiros (“carradas de barro” e “cassambas de terra gorda”) e areia para aterro de áreas alagadas e pantanosas; roçamentos às margens da estrada; abertura de ruas para locomoção das máquinas e veículos (“foi aberto 2 ruas em meio do plantio de *pinus elliotti* [sic], e feito a rua geral em direção do norte para o sul”); construção de cercas nos limites da estação; transposição do curso de um rio¹⁸; construção de canteiros para acomodar as mudas; feitura de “torrões” no solo para acomodar as mudas (Diários dos serviços geral, s/d, autor não identificado). Relata-se também os dias de visita de Berenhauer, suas rondas no jipe para supervisionar os trabalhos e sua recepção a visitantes “ilustres” para conhecerem seu empreendimento. Mas o que pode ter justificado esse altíssimo grau de impacto sobre o ambiente na criação de uma área de preservação? Para entender isso, tive que ler artigos sobre silvicultura e documentos oficiais de autoria do próprio Henrique Berenhauer, um grande entusiasta das ciências florestais, disciplina científica que nasceu na Alemanha do século XIX¹⁹.

O projeto da Estação Florestal do Rio Vermelho foi elaborado pelo comerciante de tecidos, entusiasta da engenharia flo-

restal e advogado de formação, Henrique Berenhauer²⁰. Seus principais objetivos eram criar uma área para o exercício da silvicultura científica, com plantio e manejo de espécies exóticas, experimentação científica, produção de madeira e sementes de qualidade para comercialização, e, simultaneamente, preservar a área e restaurar seu “ecossistema original” (BERENHAUSER, 1960, apud BRAVO, 2015, p. 62). Berenhauer foi o principal fomentador do projeto da estação na arena política. Além de executor, foi também seu diretor ao longo dos doze anos de existência da Estação Florestal, de 1962 a 1974.

Assim, ele começou a implementar uma série de estudos e ações (brevemente descritas acima), planejando e executando o “reflorestamento” da área com espécies vegetais de diversos lugares do mundo. A partir de cultivos implantados e conduzidos “racionalmente”, isto é, sob uma racionalidade moderna, defendia a “recuperação” da produtividade da área.

Em documento datado de 1960, dois anos antes da criação oficial da estação, Berenhauer descreve uma região cujo ecossistema se encontra em crise, em um processo degenerativo decorrente do mau uso por parte dos habitantes locais:

(...) o processo de degeneração constante do meio ambiente para cultivos e lavouras acabou afetando o ecossistema original da Praia do Moçambique, prejudicando a região no entorno a vegetação que protegia as dunas dos ventos marítimos foi destruída, causando a movimentação da areia da praia e das dunas para o interior da restinga” (BERENHAUSER, 1960, apud BRAVO, 2015, p. 62).

Em documento intitulado “Um apelo ao bom senso”, provavelmente datado após a criação da estação, Berenhauer, exortando seu projeto, argumenta que

(...) a silvicultura poderá tornar-se a remissão da população do litoral, empobrecida pelo esgotamento de suas terras, devido a monocultura de mandioca durante dois séculos.

quantitativos que fundamentavam a disciplina da ciência florestal, tal como surgiu na Alemanha: “diversidade mínima, cálculo fiscal e rentabilidade assegurada” (LOWOOD, 1991, apud IORIS, 2014, p. 104). Parece ser o caso da Estação Florestal, exceto pelo fato de que ela experimentava uma grande diversidade de espécies para ver qual melhor se adaptaria ao bioma da região.

20 Berenhauer era presidente da Associação Rural Regional de Florianópolis, associação da sociedade civil. Obteve apoio institucional da Secretaria de Agricultura estadual, articulado com setores da sociedade civil e do poder estatal. Um exemplo de cooperação com tais setores é a penitenciária estadual, que estabeleceu uma colônia penal na área, no ano em que foi criada a estação, para fornecer a ela mão de obra de baixíssimo custo.

21 Silveira discute como a paisagem pode ser percebida e descrita segundo a produção discursiva de um “contexto de crise” (SILVEIRA, 2009, p. 2), que só será sanada com a instauração de um projeto de modernização pautado pelo Estado.

Todavia, essas mesmas terras, conforme já tive a oportunidade de comprovar com os meus reflorestamentos, são magníficas para a prática florestal, que desenvolverá, às ditas terras, a primitiva fertilidade (...) face às excepcionais condições climáticas de que dispomos, a produção de celulose deveria tornar-se tão bom negócio, a ponto dos capitais estrangeiros se empenharem de poder instalar-se aqui, para suprir o país e o mundo faminto de celulose e madeira (BERENHAUSER, s/d a).

Com um discurso apologético, um “apelo ao bom senso”, propõe a solução de um “contexto de crise”²¹ (SILVEIRA, 2009, p. 2), trazendo benefícios não só para a população local como para a economia do estado, e ainda recuperando a “primitiva fertilidade” das terras, “magníficas para a prática florestal”. O projeto da Estação Florestal do Rio Vermelho prevê a submissão do ecossistema local, supostamente degradado pelo mau uso pelos habitantes pobres locais – entre eles, a Vidal Martins –, a uma racionalidade científica com a justificativa de assim restaurar a “primitiva fertilidade” da terra, “fixar” as dunas, impedindo que a região (presumivelmente) fosse soterrada com areia, e simultaneamente produzir recursos para o setor madeireiro, atraindo investimentos e gerando desenvolvimento econômico.

A objetificação e a quantificação da terra e das relações sociais, por meio de “mecanismos homogeneizadores e simplificadores”, segundo os princípios discutidos por Ioris (2014, p. 54), diz respeito à maneira como a noção de floresta presente nas “modernas ciências florestais” corresponde a certas práticas de sentido²² (SILVEIRA, 2009, p. 83) modernas. Assim, a estação experimental de silvicultura científica do Rio Vermelho pode ser entendida como uma tentativa de fabricar uma floresta racional, geometricamente disposta, homogeneizada e sob forte controle do Estado, com o argumento de estar gerando receita e recuperando sua fertilidade e sua produtividade originais.

Em suma, essa racionalização da paisagem pode ser entendida como imagem paradigmática do “desenvolvimento florestal”

22 Silveira entende por práticas de sentido um conjunto de pressupostos e ações, práticas e valores em relação ao mundo. Nas palavras dele (SILVEIRA, 2009, p. 86), “diferentes paisagens podem construir-se ao se tomar como base diferentes grupos de agentes discorrendo sobre uma mesma referência espacial”, ou seja, diferentes práticas de sentido atuam de maneiras diferentes sobre os fluxos de transformação da paisagem.

indicado por Ioris (2014). E assim formou-se a “floresta original” empreendida por Berenhauser: um grande laboratório a céu aberto, sob um modelo de gestão florestal fundado a partir de uma racionalidade econômica, baseada em fundamentos matemáticos e em uma disciplina militar.

Trata-se, mais do que de um “reflorestamento” da região, de um “florestamento” específico. Como tentarei mostrar mais adiante, esta floresta não se realizou plenamente. Além disso, há de se levar em conta que a violência perpetrada pelo Estado moderno – articulado em relação de continuidade histórica com o capitalismo colonial e com o sistema escravista, que continuam a impactar as pessoas negras no Brasil e, dentre elas, as comunidades remanescentes de quilombo – não se dá apenas pelo fato de marginalizar, criminalizar e impedir, com a expropriação territorial, a relação dos habitantes com o ambiente que constitui seu território histórico. A violência também se dá, por meio do apagamento e da invisibilização dos registros oficiais²³, da história que constitui justamente sua legitimidade, o que acaba por negar a existência de um modo de vida singular. Opera aí um projeto de dupla homogeneização, tanto do ambiente quanto dos modos de vida humanos que o habitam.

O PARQUE HOJE

O projeto de floresta racional, homogeneizada e economicamente rentável, iniciado em 1962 fracassou. Por quê? Quais forças de oposição a vida, humana e não humana, apresentou a este projeto? Para tentar oferecer respostas a isso, trago dados produzidos a partir de uma experiência: a etnografia de um passeio pelo parque²⁴. O relato começa no terminal de ônibus, ainda antes de chegar ao parque. De dentro do ônibus, em alta velocidade, meu olhar só conseguia captar os elementos que mais se destacavam na paisagem: pinheiros e eucaliptos predominavam, praticamente não havia árvores de grande estatura, além dessas

23 Sobre isso, Leite (1996, p. 41) afirma que “o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade. Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas que ele é visto como não existente. (...) Como um dispositivo de negação do Outro, muitas vezes inconsciente, é produtor e reproduzidor do racismo”.

24 O passeio a que me refiro data de 25/06/2016.

espécies. É evidente que minha percepção visual estava de alguma forma enviesada e, assim, minha atenção captava o pinheiral mais do que os outros elementos. No entanto, ao observar o trajeto mais atentamente, era possível ver uma vegetação proliferando às margens da estrada, nas bordas do pinheiral, e também entre as grandes árvores exóticas. Descendo do ônibus, pude perceber outros detalhes:

Desde o ponto de ônibus até a entrada do Parque tive que andar cerca de 400m. Ao sair do ônibus, não estando mais sujeito à velocidade e aos sacolejos do transporte, pude perceber a paisagem mais detidamente. Não sei quase nada de botânica, mas parecia haver várias pteridófitas parecidas com a samambaia e o xaxim, e também arbustos e pequenas árvores. Em meio ao pinheiral crescia com vigor uma vegetação arbustivo-arbórea. Talvez essa vegetação seja própria de um ambiente de restinga, que é, como viria a aprender depois com a bióloga funcionária do Parque que guiou nossa visita, a “mata nativa”, própria da região que cobre a atual área do Parque. As diferenças de altura, forma e espessura entre a mata nativa e os pinheiros formam um contraste expressivo (VALDEZ, 2017, p. 36)²⁵.

25 Para ler o relato na íntegra, ver Valdez (2017, p. 35-39).

Percebe-se aí a agência de atores não humanos refazendo seu mundo, ou melhor, proliferando nas ruínas do projeto da estação de Berenhauser. A vegetação de restinga, mesmo sufocada, encontra caminhos para proliferar, apesar do passado, apesar de todo o esforço humano despendido em suprimi-la. E o que é essa proliferação, senão a própria agência dos não humanos?

O trecho a seguir capta o fim do passeio guiado pela trilha ecológica do parque, criada com o fim de educação ambiental. Quase todo o percurso dessa trilha é feito sobre uma plataforma de madeira, que se ergue cerca de um metro do chão, para não macular o solo da “Natureza”. Ao longo da trilha, há vários viveiros de espécies animais silvestres – inclusive de outros países

–, resgatadas em operações da Polícia Ambiental contra o tráfico de animais.

No fim do trajeto a passarela de madeira chegou ao fim, e saímos andando sobre um solo arenoso e seco. Chegamos em um local que, segundo a bióloga, é bem representativo do que o pínus fez com a mata nativa da região. O chão estava tomado das pinhas e folhas, em forma de acícula, dos pínus. Praticamente só se via mudas de pínus brotando ao longo do chão árido. Ela então começou a contar um pouco da história da criação do Parque. Narrou que o governo da época da Estação queria encontrar madeiras alternativas à da araucária, espécie nativa ameaçada de extinção, para construção civil, com o fim de protegê-la.

(...) O problema segundo ela foi que as espécies exóticas acabaram se adaptando bem demais ao novo habitat e começaram a se alastrar, sufocando a vegetação de restinga da região. Explicou que a resina do pínus acidifica o solo a ponto de impedir que outras espécies se desenvolvam, e a longa camada de acículas impede o brotamento de outras espécies, e sua semente se dissemina com facilidade por dispersão eólica.

Ouvindo essas informações e observando a paisagem à sua volta, uma senhora que estava um pouco à minha frente comentou em voz baixa, num tom de indignação: “Isso acaba com toda a natureza! Não cresce mais nada” (VALDEZ, 2017, p. 37-38).

Como se pode imaginar, muitos fatos ocorreram nas décadas que se seguiram ao fim da estação, em 19 de agosto de 1974, quando se firmou o decreto que transformava a Estação Florestal do Rio Vermelho em Parque Florestal do Rio Vermelho, destituindo Berenhauser do cargo de diretor e mudando a administração da área da Associação Rural Regional para a Secretaria de Agricultura do estado. O decreto também adicionava aos objetivos do poder público sobre a área a “restauração da flora e fauna

locais para fins de estudo, proteção e conservação” (FERREIRA, 2010, apud BRAVO, 2015, p. 65). Com o passar do tempo, a administração do parque foi mudando de gestão, as pautas e movimentos ambientalistas foram ganhando atenção e se expandindo. A legislação ambiental também se modificou. Conforme Bravo (2015, p. 61), “a história do Parque Estadual do Rio Vermelho apresentou, desde sua criação, diversos conflitos (econômicos, políticos, ambientais) pautados pelos múltiplos interesses relacionados à área”. Como vimos no relato acima, o pinus prolifera, incontrolável, e dispersa sementes pelo vento; acidifica o solo com sua resina, altera a paisagem.

26 A distinção entre espécies nativas e invasoras é um tema interessante, central nas discussões sobre o plano de manejo do parque. A “invasão das exóticas” é percebida como o grande problema ambiental da área. Para uma reflexão mais aprofundada sobre essa questão, sugiro a monografia de Thiago Cardoso (2016).

A percepção dos pinus como espécies exóticas invasoras²⁶ e a pressão por um plano de manejo eficiente ganharam força. A partir da segunda década do século XXI, a Vidal Martins se levanta como quilombo – coletividade organizada em torno de uma territorialidade particular, com práticas e conhecimentos singulares – e surge na cena como mais um elemento na disputa, repleto de força em suas reivindicações, opondo resistência tanto ao passado da estação quanto à recente empreitada preservacionista – esta que é calcada no ambientalismo da “natureza sem gente”.

A comunidade se ergue para retomar seu modo de vida singular, heterogêneo, enquanto quilombo, apesar das reiteradas tentativas de apagar sua existência no território e negar suas especificidades sociais, históricas e culturais. O Estado, na década de 60 do século XX, tentou assimilá-los sob a lógica capitalista do trabalho assalariado, transformando-os em trabalhadores pobres, como fez em todo o território nacional, no campo e nas cidades, com populações indígenas, comunidades de pessoas descendentes de escravizados e tantos outros grupos. Nesse sentido, a luta não é apenas para reparar o passado, mas para projetar o futuro.

Apesar de exigirem a reparação pela violência sofrida nas mãos do Estado muitos anos atrás, a comunidade quilombola Vidal Martins não reivindica uma paisagem do passado, mas luta

para retomar, no presente, uma relação singular com a paisagem em seu território; luta pela reconquista do direito de abrir caminhos novos em direção a um mundo que os inclua em sua diversidade. É uma luta pelo acesso às práticas de sentido que lhes foram interditas, e que, se retomadas, produzirão novas marcas singulares sobre a paisagem, orientadas pelo seu modo de vida. É uma luta que, em suma, é motivada por um projeto coletivo de relação com o ambiente, um projeto de paisagem dissidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo este artigo, tecendo algumas reflexões e questionamentos em torno do que considero ter sido uma primeira aproximação a um tema instigante e desafiador. A Vidal Martins segue lutando. Não terei condições de entrar nos atuais desdobramentos da luta, mas desde que realizei a pesquisa, a comunidade deu passos importantes em direção à retomada de seu território, ocupando uma parte da área do PAERVE – o Camping do Rio Vermelho, destinado ao turismo. Ali, desenvolvem atividades culturais, políticas, práticas de agroecologia, etc. Essa ocupação do Camping, que já dura alguns anos, não é isenta de conflitos. Alguns setores da sociedade, como o IMA e a administração do parque, não concordam com sua presença ali. O processo de titulação segue num ritmo lento no Incra, como é de se esperar, sobretudo neste governo de turno, caracterizado pelo ódio às coletividades heterogêneas, pelo racismo e por discriminação de todas as formas²⁷.

O projeto da Estação Florestal do Rio Vermelho fracassou? O que se entende aqui por fracasso? Fracasso para quem? E em que sentido? O que a perturbação causada pelo pinus pode contar sobre a “floresta de desenvolvimento” projetada há mais de cinco décadas? O pinus, de acordo com Tsing (2015, p. 182), é um exemplo paradigmático da “força histórica das plantas” e, em extensão, de como modos de vida não humanos fazem história.

27 Em 2017, Jair Bolsonaro referiu-se a quilombolas de forma extremamente racista em um evento no Clube Hebraica do Rio de Janeiro. Ver <<https://www.metropoles.com/brasil/justica/bolsonaro-processo-por-ofensas-a-negros-e-quilombolas-e-encerrado>>. Acesso em 29/08/2021.

Segundo a autora, essa espécie é capaz de “mudar o cenário com sua presença e transformar a trajetória de outros – isto é, fazer história” (TSING, 2015, p. 182, tradução minha).

As árvores são atores históricos, e “paisagens não são pano de fundo para a ação histórica [humana]: elas são ativas em si mesmas” (TSING, 2015, p. 168, tradução minha). Sendo assim, devemos pensar a história – e por que não a política? – para além da dicotomia entre natureza e cultura. A capacidade de “fazer-mundo” (TSING, 2015, p. 35) não é exclusividade humana. “História”, para a autora, “(...) é o registro de muitas trajetórias de fazer-mundo, humanas e não humanas” (TSING, 2015, p. 181, tradução minha). Se as paisagens são, em algum sentido, políticas, elas o são na medida em que são sujeitos da história.

A forma de uma paisagem resulta da reunião e do encontro – muitas vezes conflituoso – entre muitos modos de vida diferentes, heterogêneos. Tsing chama de “fricção” (TSING, 2005, p. 4) essa tendência dos modos de vida heterogêneos de resistir e produzir diferença, mesmo a partir da homogeneização imposta pela Modernidade. A paisagem do atual PAERVE prolifera na fricção entre um projeto de desenvolvimento capitalista moderno e as pressões do movimento ambientalista, do movimento quilombola, dos pinus, da vegetação de restinga, enfim, dos inúmeros atores – humanos e não humanos – que se contrapõem ao projeto original do Estado.

Se é possível dizer que o projeto da Estação falhou, o modelo mais amplo de preservacionismo, na figura do PAERVE, que leva adiante um projeto de invisibilização e desterritorialização da Vidal Martins, por meio do controle territorial pelo Estado em nome da “preservação da natureza”, ainda disputa os rumos da área do parque com a comunidade quilombola. São paisagens, ou melhor, projetos de paisagem, em disputa.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, José Maurício P. A. *Por uma História à Contraluz: as sombras historiográficas, as paisagens etnográficas e o Mocambo*. Palmares em Revista: Fundação Cultural Palmares (1), 1997, p. 71-96.
- BERENHAUSER, Henrique. Espaçamento nos plantios de *Pinus Elliottii* e *Taeda*. *Revista Floresta*, [local desconhecido], p. 21-27, s/da.
- BERENHAUSER, Henrique. *Um apelo ao bom senso*, s/db, Biblioteca Central da UFSC, setor de Obras Raras, pasta 2, envelope 15, folha 9.
- BOLSONARO: processo por ofensas a negros e quilombolas é encerrado, *METRÓPOLES*. 06/06/2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/justica/bolsonaro-processo-por-ofensas-a-negros-e-quilombolas-e-encerrado>. Acesso em 29 ago. 2021.
- BRAVO, Claudia Rojas. *Comunidade quilombola Vidal Martins, Florianópolis, SC: relações identidade-território a partir de um olhar geográfico*. 2015. TCC (Graduação) – Curso de Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.
- BRITO, Maria Cecília W. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo: ed. Annablume e FAPESP, 2000.
- BUTI, Rafael Palermo. *A Antropologia em contextos da política e ação quilombola no Brasil meridional: dois casos para estudo*. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis.
- CARDOSO, Thiago Mota. *Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal*. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada: populações tradicionais em unidades de conservação*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1996.

DUARTE, Gerusa Maria; FERREIRA, Tânia Marcia M. *Distrito do Inglês do Rio Vermelho – Florianópolis, Santa Catarina: um espaço costeiro sob a ação antrópica*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), s/d. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Procesosambientales/Hidrologia/02.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

FERREIRA, Francisco Antônio Carlos. *Projeto Parque Estadual do Rio Vermelho: subsídios ao plano de manejo*. Florianópolis: ed. Insular, 2010.

IMA, Instituto do Meio Ambiente. *Parque Estadual do Rio Vermelho*. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/biodiversidade/unidades-de-conservacao/parque-estadual-do-rio-vermelho>. Acesso em 24 ago. 2021.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: ed. Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. *The perception of environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres, Nova York: Routledge, 2000.

IORIS, Edviges Marta. *Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia*. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2014.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. São Paulo: Ed.34, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. Territórios de Negros em Área Rural e Urbana: algumas questões. *Textos e Debates*. Terras e Territórios de Negros no Brasil. V. 1, n. 2 NUER/PPGAS, p. 39-46, 1991.

LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). *Negros no sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: Desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista de Estudos Feministas*, v.16, n. 3, pp. 965-977, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gWHRkLMMKkPxCvyd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 30 ago. 2021.

LOWOOD, Henry. E. The Calculating Forester: Quantification Cameral Science, and the Emergence of Scientific Forestry in Germany. In: FRÄNGSMYR, Tore; HEILBRON, John. L.; RIDER, Robin E. (Ed.). *The Quantifying Spirit in the Eighteenth-Century*. Berkeley: University of California Press, 1991, p. 315-342.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. *Povo da terra, terra do parque: presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. *Etnografia da paisagem: natureza, cultura e hibridismo em São Luiz do Paraitinga*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. Híbridos na paisagem: uma etnografia sobre espaços de produção e de conservação. *Revista Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. XII, n. 1, p. 83-98, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2009000100007>. Acesso em: 30 ago. 2021

SUTILI, Ana. *Mapa de localização e limites do Parque Estadual do Rio Vermelho*. In: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA (IMA). Plano de Manejo Parque Rio Vermelho: Encarte 01 – Meio abiótico (versão preliminar). Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/downloads/ecossistemas/unidades-de-conservacao/parque-estadual-do-rio-vermelho/3306-plano-de-manejo>. Acesso em: 22 abr. 2022.

TSING, Anna. *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015a.

TSING, Anna. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton University Press, 2005b.

TSING, Anna. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha – Revista de Antropologia*, v. 17(1), p. 177-201, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n1p177>. Acesso em: 30 ago. 2021.

VALDEZ, Ramiro. *Paisagens políticas: uma abordagem antropológica das transformações da paisagem na área do atual Parque Estadual do Rio Vermelho, Florianópolis, SC*. 2017. TCC (Graduação) – Curso de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

RAMIRO VALDEZ – Graduado em Antropologia Social e mestrando em Sociologia.
E-mail: ramirovaldez7@gmail.com